

## ATA NÚMERO QUATRO

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA  
TREZE DE AGOSTO DO ANO DOIS MIL E  
CATORZE \_\_\_\_\_

---Aos treze dias do mês de agosto do ano dois mil e catorze reuniram, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: \_\_\_\_\_

1. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 142/2014/CM, referente à Aquisição de Oxigénio Medicinal para as Ambulâncias de Emergência – Assunção compromisso plurianual; \_\_\_\_\_

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 143/2014/CM, referente à Aquisição de serviço de transporte para alunos com necessidades educativas especiais – Assunção de compromisso plurianual; \_\_\_\_\_

3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 144/2014/CM, referente à 6-Emp/14 – Requalificação da Rua João Vaz Corte Real – Assunção de compromisso plurianual; \_\_\_\_\_

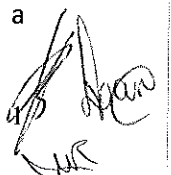
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 145/2014/CM, referente à 8-Emp/14 – Requalificação da Rua Dr. José Pires Padinha – Tavira – Assunção de compromisso plurianual; \_\_\_\_\_

5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 146/2014/CM, referente à 9-Emp/14 – Empreitada de reabilitação e Recuperação do edifício da antiga Segurança Social – Futuras instalações municipais – Assunção de compromissos plurianuais; \_\_\_\_\_

6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 147/2014/CM, referente à Alteração do Plano de Pormenor da Área Industrial de Santa Margarida – Assunção de compromisso plurianual; \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baía, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e nove minutos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia começou por referir que aquela era uma reunião extraordinária. Não era normal a realização de Assembleias Municipais no mês de agosto já que era um mês em que a



grande maioria das pessoas estavam de férias, contudo as circunstâncias assim o tinham obrigado, pelo que pedia desculpa pela interrupção das férias mas, certamente que se tratava de uma sessão que iria ser breve. \_\_\_\_\_

----Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros Anabela Lourenço Fernandes dos Santos, Ângelo Filipe Silva Pereira, Antero Arcanjo Mendes Romeira, Artur António Guerreiro Sanina, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Dinis Manuel da Palma Faísca, Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes, Hugo Daniel Santos Gomes, João Afonso Cunha Rego de Carvalho, João Eduardo da Silva Trindade, João Manuel Fonseca Martins, José Alberto Godinho Correia, José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otilio Pires Baía, Leonardo António Gonçalves Martins, Maria Helena Correia Bartolomeu Silva, Maria João Teixeira Dias Anjos, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso, Muriel Cristina Dias, Nuno Filipe Gonçalves Diogo e Sílvia Alexandra Sanches Soares. \_\_\_\_\_

----O Segundo Secretário, Jean Pierre Patrick Rancher solicitou a substituição tendo sido substituído por Maria Helena Correia Bartolomeu Silva. \_\_\_\_\_

----Os Membros Sílvia Edgar Assis Fernandes e Joaquim José Brandão Pires solicitaram a substituição tendo sido substituídos por Maria João Teixeira Dias Anjos e João Manuel Fonseca Martins. \_\_\_\_\_

----A Membro Cristela da Cruz Pereira Martins solicitou a substituição tendo sido substituída por Ana Graciete Mendes Coelho, substituída por Jorge Henrique Viegas Corvo, substituído por Hugo Daniel Santos Gomes. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia informou que tendo a indicação de que o Segundo Secretário da Mesa, o Membro Jean Pierre Patrick Rancher, não iria estar presente tinha convidado a Membro Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso para integrar a mesa. \_\_\_\_\_

----A Membro Ricardina Pereira Alcaide Jesus faltou à sessão. \_\_\_\_\_

----Verificada a existência de quórum por estarem vinte e quatro membros na sala e tratando-se de uma reunião extraordinária que não tinha período antes da Ordem do Dia nem o habitual ponto de informação do Presidente da Câmara, passava de imediato ao ponto número um da Ordem de Trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 142/2014/CM, referente à Aquisição de Oxigénio Medicinal para as Ambulâncias de Emergência – Assunção compromisso plurianual. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que todos os pontos da Ordem de Trabalhos daquela reunião se referiam à assunção de compromissos plurianuais, repartições de encargos, pelo que solicitava ao Presidente da Câmara que explicasse. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que se concordassem iria explicar todas as propostas para depois serem votadas em separado. \_\_\_\_\_

2  
Rogério

----O Presidente da Assembleia verificou que não existiam objeções e reafirmou que iria colocar as propostas à votação individualmente. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara começou por pedir desculpa pela interrupção das férias de quem estivesse, mas tinham pedido ao Presidente da Assembleia a realização daquela sessão porque os processos em apreciação resultavam da alteração da Lei que tinha causado algumas entropias já que obrigava a que a Assembleia Municipal se tivesse que pronunciar muito mais vezes sobre um conjunto de processos, nomeadamente, processos com compromissos plurianuais. Assim, tinham-se visto na circunstância de, não tendo conseguido colocá-los na Assembleia realizada no passado mês de junho e não podendo aguardar para setembro por estarem a perder tempo, após ponderação das vantagens e desvantagens, terem optado por propor a realização daquela sessão o que tinha sido aceite pelo Presidente da Assembleia. \_\_\_\_\_

----Relativamente à primeira proposta, tinham assumido os custos inerentes ao uso de oxigénio nas ambulâncias de Tavira, sendo pois os responsáveis pelo seu apetrechamento de acordo com o protocolo celebrado com o INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, pelo que todos os custos associados às ambulâncias do INEM eram suportados pelo Município. Habitualmente realizavam um procedimento avulso para a aquisição do oxigénio medicinal, quer para as botijas quer para a municição das ambulâncias, todavia sendo aquele um processo muito repetitivo forçando à elaboração de muitos ajustes diretos, tinham decidido realizar um concurso maior, até para que poupassem alguma verba por conseguirem escala. Assim tinham realizado um concurso por três anos cujos valores estimados se encontravam de acordo com os consumos já verificados naquela matéria pelo que, apresentavam um compromisso plurianual a fim de poderem adjudicar. \_\_\_\_\_

----Quanto à proposta número 143/2014/CM referia-se aos transportes de crianças com necessidades especiais que diariamente a Câmara transportava para Faro e dentro de Tavira. Diariamente transportavam crianças para Faro porque se tratava de um conjunto de crianças com deficiência vária e por se constituir como uma obrigação por parte da Câmara Municipal. Havia ainda uma criança para a qual eram obrigados a prover transporte, sendo que este já existia e que também tinha como finalidade facilitar e criar algum conforto às famílias. Assim, enquanto fosse possível iriam tratando daquele serviço. Era uma questão semelhante à anterior, já que sendo habitual a realização de um procedimento anual, continuando com a mesma necessidade que estimavam seria progressiva e cada vez maior, tinham optado pela realização de um concurso por três anos. O concurso encontrava-se em fase de consulta sendo que necessitavam de comprometer para avançarem. Os valores constantes da proposta correspondiam aos valores finais de contratação. \_\_\_\_\_

----Passando à proposta seguinte, número 144/2014/CM referia-se à empreitada da Rua João Vaz Corte Real cujo investimento era alvo de financiamento. A intervenção da Rua João Vaz Corte Real cujo concurso já se encontrava elaborado, compreendia a zona desde o fim do Parque Verde do Séqua e a

3  
LUP  
Boceta

entrada da Praça Dr. António Padinha, Jardim da Alagoa, onde se encontravam localizados os Restaurante Casa Simão e a Tasca do Zé André. Tratava-se de uma rua que iria ser totalmente requalificada para o que já tinham uma empresa selecionada, pelo que apenas necessitavam de assinar contrato com os valores definitivos. Porque se previa o término da empreitada entre os meses de janeiro e fevereiro esta estava comprometida com cerca de noventa e dois mil euros para o corrente ano e cerca de cinquenta e sete mil euros para o seguinte. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara continuou explicando que, verdadeiramente, tinham sido devido à proposta número 145/2014/CM que tinham solicitado a realização daquela Assembleia Municipal. Tratava-se de um processo para o qual também tinham celebrado contrato de financiamento com o POAlgarve 21 – Programa Operacional do Algarve 21 e se referia à reabilitação da Rua José Pires Padinha no espaço compreendido entre a Câmara Municipal e o final da rua perto da Ponte dos Descobrimentos e para o que tinham que abrir concurso. Estimava-se que a empreitada teria uma duração de seis meses, pelo que, se o concurso fosse lançado no dia seguinte àquela sessão teria uma duração de pelo menos quatro meses e meio porque sendo um investimento de cerca de seiscentos mil euros tinha que ser visto pelo Tribunal de Contas o que, pela experiência, resultava num processo que demoraria entre quatro meses e meio e cinco meses a concluir. Pretendiam que a rua estivesse reabilitada no ano seguinte, pelo que, lançando o procedimento em agosto estaria concluído em finais de dezembro, princípio de janeiro que acrescidos de seis meses de obra esperavam conseguir inaugurá-la no Dia da Cidade sendo certo que os prazos estavam muito apertados. Tratava-se de um investimento financiado sendo que a falta de execução até ao ano seguinte poderia implicar a perda da verba contratualizada e cujo contrato de financiamento de parte da verba já tinha assinado sendo que, seguramente, iria assinar a parte restante muito brevemente pois a verba já estava desbloqueada. \_\_\_\_\_

---A proposta seguinte também era uma assunção de compromisso para uma empreitada, também financiada por fundos regionais, que iam lançar e que se referia ao antigo edifício da Segurança Social. A Igreja já tinha sido recuperada sendo que iriam realizar a sua inauguração e, presentemente, estavam a lançar a empreitada para o edifício contíguo que teria um custo de cerca de duzentos mil euros. Podiam questionar por que razão não tinham sido executada em conjunto o que até pretendiam ter feito, contudo tal não tinha sido possível devido à inexistência de verba já que tinham conseguido obter financiamento para a Igreja mas não para o Edifício do Compromisso Marítimo. Tinham apresentado nova candidatura tendo conseguido obter financiamento para uma parte do investimento. \_\_\_\_\_

---Concluiu dizendo que todos aqueles eram investimentos de reabilitação do património mais carenciado para o que tinham urgência na concretização dos procedimentos de modo a poderem

4  
RWR  
Bocarro

celebrar os respetivos contratos para que as intervenções se iniciassem logo após o final do verão, razão porque tinham solicitado a realização daquela Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

---O Membro Carlos Manuel Viegas de Sousa entrou na sala pelas vinte e uma horas e quinze minutos.

---O Presidente da Câmara referiu que a proposta 147/2014/CM se tratava também de uma assunção de compromisso. Tinham estado a alterar o Plano de Pormenor de Santa Margarida que se referia à área do Parque Industrial. Quando aquele Parque tinha sido executado, tinha sido elaborado um plano de pormenor que já refletia alguns problemas. Existiam alguns conflitos com os proprietários que não conseguiam resolver sem que fosse elaborada uma alteração ao Plano que já devia ter sido concretizada mas que por falta de verba disponível não o tinham podido fazer. Presentemente, estavam a trabalhar naquela questão sendo que, na prática, aquela alteração do Plano de Pormenor da Área Industrial de Santa Margarida iria permitir a resolução de algumas extremas, algumas questões relacionadas com particulares cujos terrenos tinham sido expropriados ou vendidos e que tinham que ser resolvidas permitindo que todos os problemas jurídicos existentes relacionados com o Parque Industrial pudessem ser resolvidos caso houvesse verba disponível. \_\_\_\_\_

---Assim, tinham contratado precisamente a mesma arquiteta, no caso o Atelier Teresa Correia que tinha sido a equipa de arquitetura que tinha elaborado o Plano inicial, porque manifestamente era mais barato e mais rápido pois o Atelier já possuía todas as peças, dominava a questão, não tinha que elaborar em novo levantamento, o que permitia uma execução do trabalho de forma mais célere, mais prática, constituindo-se apenas como um *upgrade* do que já tinha sido elaborado, contemplado com um conjunto de orientações que tinham que dar para resolver algumas questões que tinham ficado por solucionar e que dependiam do novo Plano. Existiam alguns particulares que se sentiam prejudicados, o que pretendiam resolver com aquela alteração cujo investimento era de valor superior a vinte mil euros em projetos. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia referiu que depois de ouvida a explicação, que em caso de dúvida os membros fariam o favor de questionar, iriam passar às votações. \_\_\_\_\_

---Questionava se alguém pretendia intervir relativamente ao ponto número um sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 142/2014/CM, referente à Aquisição de Oxigénio Medicinal para as Ambulâncias de Emergência – Assunção compromisso plurianual, que se tratava de um valor contratual de quinze mil, seiscentos e nove euros distribuídos pelos anos de dois mil e catorze a dois mil e dezassete. \_\_\_\_\_

---Verificando não existirem intervenções, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

---O ponto seguinte sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 143/2014/CM, referente à Aquisição de serviço de transporte para alunos com necessidades educativas especiais – Assunção de compromisso plurianual, contemplava uma verba de setenta e

5  
[Handwritten signature]

quatro mil, novecentos e noventa e nove euros e noventa e nove cêntimos que também seria a repartir por quatro anos, sendo bastante inferior para o ano de dois mil e catorze por se tratarem apenas de três ou quatro meses. \_\_\_\_\_

---A proposta foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

---Passou ao ponto número três sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 144/2014/CM, referente à 6-Emp/14 – Requalificação da Rua João Vaz Corte Real – Assunção de compromisso plurianual. \_\_\_\_\_

---Referia-se à requalificação da Rua João Vaz Corte Real também conhecida pela Rua da Asseca, cujo investimento era de cento e quarenta e nove mil, novecentos e setenta e oito euros e cinquenta cêntimos repartidos apenas pelos anos de dois mil e catorze e dois mil e quinze. \_\_\_\_\_

---Verificando não existirem intervenções colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

---O ponto número quatro referia à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 145/2014/CM, referente à 8-Emp/14 – Requalificação da Rua Dr. José Pires Padinha – Tavira – Assunção de compromisso plurianual, cujo valor era de quinhentos e oitenta e sete mil, seiscentos e dois euros e noventa e nove cêntimos, pelo que tinha que obter o visto do Tribunal de Contas. \_\_\_\_\_

---O Membro Artur Sanina referiu que relativamente àquela proposta pretendia fazer algumas observações. Não se tratava de questão de valores ou Tribunal de Contas. Provavelmente seria erro seu por não ter visto o projeto, ou se informado sobre a requalificação pretendia que o Presidente da Câmara o esclarecesse do que ia ser efetuado porque em conversações com algumas pessoas e alguns comerciantes tinha constatado um certo descontentamento quanto àquela rua e ao seu aproveitamento. As pessoas queixavam-se que presentemente se verificava uma certa indisciplina quanto ao cumprimento do Regulamento da Câmara referente à colocação de expositores e esplanadas nos passeios que deviam estar disponíveis para os transeuntes acabando por estarem ocupados com a exposição das existências das lojas. Tinha procurado exemplos noutras cidades e verificado a preocupação existente de que as ruas, sobretudo nas zonas históricas que estavam a ser reabilitadas, permitissem a livre circulação das pessoas verificando-se mesmo a existência de cadeiras individuais e bancos para se sentarem. \_\_\_\_\_

---Quanto ao Jardim que, em princípio, também não seria local de venda de artigos, verificava-se a existência de expositores de artigos naquele espaço. Não se referia às feiras mas aos expositores que lá eram colocados. \_\_\_\_\_

---Aqueles consistiam os fundamentos para algum descontentamento da população e dos próprios comerciantes, sendo que, também ele próprio considerava que o espaço deveria ser melhor aproveitado e permitir uma certa liberdade de utilização. \_\_\_\_\_

6  
Artur  
Sanina

---Questionava se a requalificação iria disciplinar a rua ou se esse aspeto não tinha sido considerado pois verificava que atualmente não estava bem, como inclusivamente não estava a ser cumprido o Regulamento da Câmara que continha que cada loja apenas podia ter um expositor, excecionalmente três, mas que se verificava a existência de oito, nove ou dez, e que não podendo ter altura superior a um metro e meio existiam expositores de altura superior, verificando-se também esplanadas a absorverem todo o passeio o que forçava as pessoas a circularem pela estrada. \_\_\_\_\_

---A Membro Maria Otilia Martins Cardeira entrou na sala pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara referiu que tinha uma ideia, de duas formas, sobre o que os comerciantes pensavam quanto aquela área. Considerava que não estava bem, mas também sabia qual a reação quando disciplinavam demais, pois referiam que prejudicava a movimentação das pessoas afastando-as da zona. Conhecia as duas filosofias, tanto a apontada como a do comerciante que considerava que não havendo expositores na rua esta não tinha ninguém por se confinarem à Praça da República. Sem, obviamente, querer tirar o mérito a ninguém talvez fosse ele que melhor conhecesse aquela realidade, pelo que estavam a alterar o regulamento de ocupação da via pública porque era com aquele instrumento que redefiniriam. \_\_\_\_\_

---A intervenção na Rua José Pires Padinha ia compreender luminárias novas, com luminárias LED para permitirem a poupança de energia, mobiliário urbano novo, requalificação dos passeios mantendo-se o mesmo piso mas com o arranjo da estrada que, como todos sabiam, estava abaulada e partida e iria ter novas canalizações. Junto ao Mercado da Ribeira e na zona da barra nova, largo junto ao local de embarque, saída da Rua Dr. José Parreira onde se localizava o Bar PinK Flamingo, o piso ia ser sobrelevado ficando ao mesmo nível do passeio. Quanto à zona dos restaurantes, as esplanadas sofreriam um acréscimo de pelo menos meio metro. Aquela era a primeira componente sendo completada com a parte compreendida entre a DocaPesca e a Ponte dos Descobrimentos cujo contrato de financiamento já tinha assinado. Aquela zona iria deixar de ter estacionamento passando a ser arborizada e contendo novas luminárias sendo que estavam apenas previstos quinze lugares junto à DocaPesca para permitirem o desenvolvimento da sua atividade, cerca de dez lugares em espinha junto à Ponte dos Descobrimentos e um ponto de paragem para autocarro. Daquele modo a zona iria desanuviar ficando a estrada requalificada. \_\_\_\_\_

---Acrescentou ainda que complementarmente àquela intervenção que se tratava de uma intervenção meramente urbanística iam alterar o regulamento sendo que este ia deixar de estar condicionado ao número de expositores por considerarem não fazer sentido. Se o representante do BE – Bloco de Esquerda falava com muitas pessoas, seguramente também falava com quem tinha expositores que referiam que quanto mais expositores tivessem maior era a gama de escolha que as pessoas teriam, aumentado as vendas, que era o que fazia com que vivessem durante o resto do ano a vender muito

7  
M.P.  
Cardeira

pouco. Outros haviam que consideravam que a zona estava mal pois existiam lojistas que até colocavam uns chapéus-de-sol. Porém, o certo era que a área ia ser totalmente requalificada. \_\_\_\_\_

----A proposta para a alteração ao regulamento passava por deixarem de ser autorizados e cobrados os expositores individualmente considerados passando a ser considerado o metro quadrado de ocupação. Assim quem tivesse trinta expositores pagaria toda a área o que presentemente não era possível porque apenas podiam cobrar os expositores de modo individual, cujo custo era mínimo, e todos possuíam um número superior ao que pagavam. Não podiam ter um fiscal por cada expositor, pelo que, como a situação tinha atingido aquele ponto que consideravam insustentável iam fazer por a disciplinar, o mesmo acontecendo relativamente às esplanadas que de acordo com a legislação, a zona de passagem de peões tinha que ter um metro e vinte centímetros, o que seria salvaguardado. Assim, se após a requalificação tivessem que proceder a acertos na área seria o que fariam. \_\_\_\_\_

----Como os membros sabiam relativamente às esplanadas existia uma grande pressão porque todos pretendiam colocar mais cadeiras e mais mesas não salvaguardando o direito de passagem. Muitas vezes verificavam que tendo delimitado uma área de esplanada, á noite as cadeiras ultrapassavam essa área relativamente ao que já tinham sido aplicadas algumas coimas. Tinham conhecimento da mecânica pois tratava-se de uma zona sazonal, todavia assumiam as responsabilidades. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara continuou dizendo que iam ter um novo regulamento com muito mais disciplina sobre os expositores e esplanadas nomeadamente nas áreas intervencionadas e requalificadas sobre o que aquela Assembleia, seguramente se pronunciará, o que supunha acontecerá até ao final do corrente ano ou primeiro trimestre do próximo para depois começarem a licenciar as esplanadas. Contudo, a pressão era enorme porque quem perdia cadeiras, quem perdia espaço, dizia que tal lhes inviabilizaria os postos de trabalho. Tratando-se de uma zona turística todos, mesmo os que tivessem as esplanadas vazias, pretendiam ter mais espaço, o que pensava ser incompreensível por considerar que ninguém se sentava numa esplanada vazia pois no subconsciente do cliente, seguramente se formava a ideia de que não era um bom local. \_\_\_\_\_

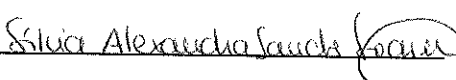
----Para concluir referiu que ia ser efetuada uma alteração ao regulamento, uma redefinição, mas presentemente já existia um conjunto de coimas emitidas relativas a alguns excessos sobre o que os particulares seriam notificados pois tinham a consciência de que existia uma prática durante o dia e outra durante a noite. No corrente ano a fiscalização tinha atuado à noite e continuaria a fazê-lo para a verificação de um conjunto de práticas. Assim, esperava que a situação melhorasse com a requalificação e ordenação do espaço que seguramente se tornaria mais atraente dado que nos últimos dois anos se tinha assistido, com a ocupação das lojas laterais, a uma grande pressão para todos que pretendiam vender na rua o mesmo acontecendo na placa junto ao jardim com as feiras, com os vendedores de etnia cigana que já ali vendiam há cerca de trinta anos, pelo que esperavam encontrar um ponto de equilíbrio para os próximos tempos. \_\_\_\_\_

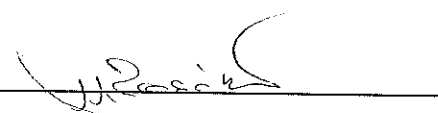


- O Presidente da Assembleia verificando não haverem mais questões sobre aquele ponto, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_
- Passou ao ponto número cinco sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 146/2014/CM, referente à 9-Emp/14 – Empreitada de reabilitação e Recuperação do edifício da antiga Segurança Social – Futuras instalações municipais – Assunção de compromissos plurianuais cujo valor era de duzentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e três euros repartidos pelos anos dois mil e quinze e dois mil e dezasseis. \_\_\_\_\_
- Verificando não existirem questões, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_
- Informou que o ponto número seis e último da Ordem de Trabalhos se referia à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 147/2014/CM, referente à alteração do Plano de Pormenor da Área Industrial de Santa Margarida – Assunção de compromisso plurianual. Também se tratava de um encargo de vinte e três mil euros a repartir pelos anos dois mil e catorze e dois mil e quinze. O Presidente da Câmara tinha explicado o porquê do concurso ter tido apenas um convidado, o que estava previsto legalmente tratando-se de um convite normalíssimo, porque tinha sido aquela a empresa autora do projeto inicial pelo que, seguramente, não haveriam outros candidatos a cobrar um preço mais económico. \_\_\_\_\_
- Não havendo intervenções, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_
- Passando à aprovação das minutas, o Presidente da Assembleia referiu que se os membros não se importassem ia dispensar a sua leitura por terem sido todas aprovadas por unanimidade. Colocadas as minutas a votação foram todas aprovadas por unanimidade. \_\_\_\_\_
- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia, agradeceu e deu por encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. \_\_\_\_\_

A MESA DA ASSEMBLEIA,

  
\_\_\_\_\_  
José Otilio Pires Baia

  
\_\_\_\_\_  
Sílvia Alexandra Sanches Soares

  
\_\_\_\_\_  
Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso